



MANIFESTAÇÃO DA CONFAEAB FRENTE AOS DANOS CAUSADOS PELA SECA

Vista como um dos pilares (se não o principal) da economia brasileira, a agropecuária e os produtores rurais vêm enfrentando sérios problemas devido à grande estiagem que tem causado prejuízos abundantes para o setor nesta safra 2021/2022. A onda de calor e seca que tem afetado diversas áreas do Brasil castiga lavouras, inclusive pastagens, campos nativos, acentuando ainda mais as dificuldades do meio rural.

De acordo com dados divulgados recentemente, estima-se um prejuízo de R\$ 45,3 bilhões nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Grãos como a soja e o milho, principais ativos agrícolas exportados pelo Brasil, têm sido as culturas mais atingidas devido à seca. Somente no Paraná, a perspectiva é de perdas na ordem de R\$ 16,8 bilhões.

Entre os diversos estados afetados, a agricultura paranaense projetava uma safra com 21 milhões de toneladas, hoje essa projeção indica algo próximo a 8 milhões de toneladas. No milho, por exemplo, o Paraná espera produzir 4,2 milhões de toneladas. Os dados mais recentes indicam que houve uma quebra de 42% e uma redução de produtividade para pouco mais de 2,4 milhões de toneladas.

No Rio Grande do Sul, áreas de soja e milho também estão comprometidas. Produtores de leite já encontram dificuldades pelo baixo desenvolvimento de pastagens em função da estiagem que assola o Estado, e que compromete a produção das vacas, além do baixo preço pago pelo litro do leite. Produtores de arroz estão abandonando áreas para racionar água a ser utilizada em outros locais e salvar parte da produção. Conforme instituições do setor, os prejuízos só não serão maiores, pois cerca de 50% da produção orizícola utiliza água armazenada em reservatórios construídos pelos próprios produtores ao longo dos últimos 100 anos.

Dada a situação de estiagem e campos secos, muitas regiões sofrem com queimadas, muitas vezes iniciadas de forma criminosas, evidenciando outro problema que gera prejuízos aos produtores pela perda de animais, lavouras, pastagens, cercas e equipamentos, além dos danos ao meio ambiente com impactos diretos sobre a fauna e flora nativa.



Os dados demonstram o tamanho da preocupação com o agro brasileiro devido à forte estiagem e a importância da adoção de iniciativas que possam auxiliar os agricultores.

Assim, os **Engenheiros e Engenheiras Agrônomos** encaminham as seguintes sugestões para enfrentamento à caótica situação:

- liberação de crédito emergencial, para mitigação de danos para produtores impactados pela seca;
- liberação de crédito para o custeio de novas lavouras, com recomposição e ampliação dos valores de recursos obrigatórios e controlados, para financiamento dos custeios da 2ª safra e da safra de inverno;
- incentivos para linhas de crédito em condições acessíveis visando aquisição de sistemas de irrigação (a exemplo de todas as operações de crédito rural, mediante acompanhamento técnico no projeto, execução e manejo posterior das áreas);
- aumento na velocidade com que o pagamento do seguro rural seja aprovado;
- repactuação de dívidas de custeio e investimento dos agricultores com vencimento no ano de 2022, como forma de evitar renegociações e repactuações o que intensificaria o endividamento dos produtores rurais);
- retorno de bonificação de crédito, para adoção de práticas conservacionistas comprovadas por avaliação de profissional habilitado;
- liberação do milho com subsídio aos produtores de leite e demais pecuaristas;
- ampliação de recursos para programas de compras governamentais do Governo Federal: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio);
- medidas de mitigação de perda de renda de agricultores familiares ampliando e revisando os valores do PGPAF (Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar);
- implantação de políticas agrícolas para o manejo de solos e que minimizem os impactos das estiagens;
- ampliação dos recursos e opções de pagamento do PROAGRO Tradicional e PROAGRO Mais;
- redução dos prazos de pagamento de coberturas deferidas pelo PROAGRO;



- redução dos prazos de análise de recursos pela CER (Comissão Especial de Recursos);
- ampliação de recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR);
- revisão dos valores de honorários pagos aos encarregados de comprovação de perdas do PROAGRO - que estão há 3 anos sem reposição de honorários;
- estímulo à adoção de acompanhamento técnico de lavouras, conforme previsto nas regras do PROAGRO, inclusive com a finalidade de aumentar a previsibilidade de atendimento de produtores rurais e cumprimento de recomendação técnica do TCU para melhorias no PROAGRO;
- esclarecimento aos produtores rurais, sobre seus direitos na solicitação de acionamentos de PROAGRO e Seguro, pois ocorre um descompasso em muitas regiões, onde os seguros foram acionados em 100% e os beneficiários de PROAGRO em alguns estados tiveram menos de 1% de acionamento;
- retomada das Políticas de AGF (Aquisições do Governo Federal) para formação de estoques reguladores e de emergência para atendimento de produtores de animais;
- ampliação dos leilões de PETRO Liberação do milho com subsídio aos produtores de leite e demais pecuaristas;
- estímulo à adoção de práticas conservacionistas de solo e água, tornando-os integrantes de projetos de financiamento;
- estímulo ao uso racional da água e do amplo registro de usuários;
- fomento à construção de reservatórios, sejam açudes ou barramentos, para armazenar água durante os períodos de chuva para utilização na irrigação das culturas agrícolas e dessedentação de animais, e também na regularização da vazão dos corpos hídricos a jusante;
- investimentos em treinamento de brigadas de incêndio, mais a construção de infraestrutura para combate ao fogo como locais para abastecimento de água para caminhões pipas e aviões agrícolas, além de pistas adequadas para proporcionar maior segurança à atividade;
- ampliação dos valores do GRM (Garantia de Renda Mínima) e PMI (Pagamento de Parcela de Investimento) do PROAGRO Mais;
- ampliação de valores pagos pelo Garantia Safra, que hoje está em R\$ 850,00/ano por produtor;
- incentivo para assistência técnica sob escopo do Plano ABC +, visando adoção de tecnologias de adaptação à mudança do clima e mitigação dos gases de efeito estufa;



- investimentos em programas de educação ambiental para sensibilizar e capacitar a população sobre uso racional de água, prevenção e combate a incêndios, em especial na zona rural;
- a médio prazo, ajustes do Zoneamento de Risco Climático visando cenários de mudança do clima; e
- implementação de políticas públicas de fomento a pagamentos por serviços ambientais.

Iniciativas como as acima são fundamentais, não apenas para o campo, mas especialmente porque a preocupação com a agricultura também se estende a outros setores como o comércio, a indústria, transporte, entre outros, pois já dizia o ditado que “quando a agricultura vai mal os demais setores da economia também acabam sofrendo com os reflexos”.

O enfrentamento aos prejuízos causados pela estiagem se faz necessário e com rapidez. Não apenas para o momento hoje, mas de forma especial também com ações que possam contribuir para que no futuro os efeitos da falta de chuvas também possam ser mitigados nas propriedades rurais, inclusive no enfrentamento à mudança do clima.

Neste momento de extrema dificuldade, nosso pedido maior é de que as instituições (públicas e privadas) estejam unidas e busquem por soluções conjuntas que ajudem o campo e na produção agropecuária porque essa, certamente, é uma das nossas maiores riquezas.

Estejamos todos unidos com um só objetivo. O Brasil e o mundo só tem a ganhar com essa união.

22 de Janeiro de 2022.

A Diretoria da CONFABEAB